

ELEIÇÕES / Saída de ministros para disputar o pleito deste ano não deve provocar corrida pelas vagas nas pastas, já que mandato será tampão e Orçamento está definido

Reforma ministerial fica menos atrativa

» JORGE VASCONCELLOS

Com o Orçamento da União já comprometido e uma série de restrições impostas aos gestores em ano eleitoral, a próxima reforma ministerial ainda consegue atrair a atenção dos partidos, mas sem o mesmo interesse de quando estão em jogo a destinação de verbas e a ocupação de cargos na administração federal.

Com base na legislação eleitoral, os ministros que pretendem ser candidatos devem se desincompatibilizar de seus cargos até seis meses antes das próximas eleições, ou seja, até 1º de abril.

No último dia 8, o presidente Jair Bolsonaro (PL) admitiu que até 12 ministros deverão deixar o governo para disputar o pleito. Na ocasião, o titular do Planalto disse esperar que todos fiquem nos cargos até o último dia do prazo de desincompatibilização.

“Gostaria que eles saíssem somente um dia antes do limite máximo, para não termos qualquer problema. Já começamos a pensar em nomes para substituí-los, e alguns estão mais que certos. A maioria será por escolha interna, até mesmo porque seria um mandato-tampão até o fim do ano”, disse o presidente. Na ocasião, ele evitou falar em nomes prováveis para ocupar os ministérios, com o objetivo de “evitar ciúmeira”. Porém, não há, até o momento, uma disputa acirrada entre os partidos por mais espaços no governo.

Orçamento

Líder da bancada da bala, o deputado Capitão Augusto (PL-SP) deixa claro que reforma ministerial só é interessante para os políticos quando a máquina pública pode ser usada para levar benefícios aos respectivos redutos eleitorais.

“A reforma ministerial não é algo assim que eu vejo tão importante neste momento. Por quê? Porque é um mandato-tampão, teria de assumir quem não vai ser candidato. O Orçamento já está definido, os ministros, quando deixarem os seus ministérios, a peça orçamentária, inteirinha, estará comprometida”, argumenta o parlamentar. “Então, não concebo como algo tão interessante, tão atraente. Sinceramente, nos bastidores, não vejo uma corrida atrás desses cargos, não”, acrescenta.

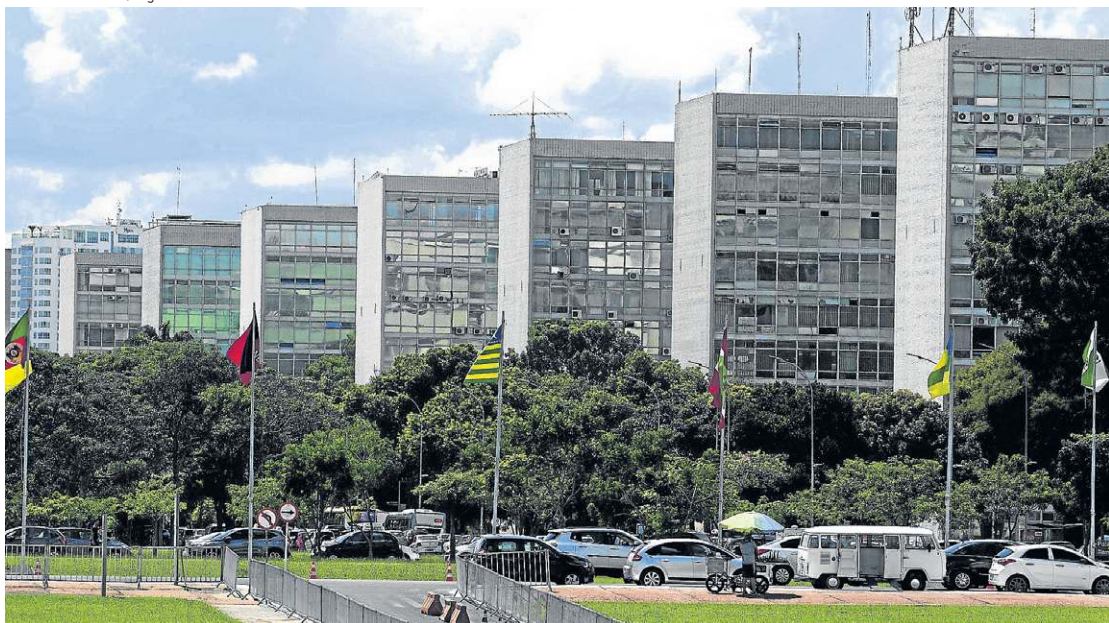
Capitão Augusto prevê que, de um modo geral, os ministérios passarão a ser comandados, após a reforma, pelos respectivos secretários-executivos, que, atualmente, ocupam a segunda posição na hierarquia das pastas. É o caso do Ministério da Infraestrutura, chefiado por Tarcísio Freitas, pré-candidato ao governo de São Paulo. Situação semelhante deve ocorrer no Ministério do Turismo, de onde Gilson Machado (PSC) sairá para se candidatar a deputado, senador ou governador de Pernambuco.

Trocas

O vice-líder do governo na Câmara, Evair de Melo (PP-ES), confirma a tendência. “Essa é a intenção do presidente, ele tem manifestado esse desejo, de assumirem os secretários-executivos, indicados pelos próprios ministros”, frisa o parlamentar. “Em tese, não vai haver nenhuma surpresa, não tem nenhuma negociação política de partido A ou B condicionando a ocupar uma vaga em ministério para poder manter governabilidade. Vai ser sem emoção essa reforma. É só uma acomodação. É um período muito curto, um mandato-tampão.”

Melo observa que, mesmo assim, é provável que parlamentares também venham a

Marcos de Oliveira/ Agência Senado



Segundo a Lei eleitoral, ministros que serão candidatos têm de deixar cargo até 1º de abril

Corrida eleitoral

Doze ministros devem sair do governo para tentar se eleger em outubro. Veja alguns deles:

Marcello Casal Jr/ Agência Brasil/reprodução



TARCÍSIO DE FREITAS
Ministro da Infraestrutura
Disputa: governo de São Paulo

Antonio Barbosa da Silva/DEM



ONYX LORENZONI
Ministro do Trabalho e Previdência
Disputa: governo do Rio Grande do Sul

Ed Alves/CB



JOÃO ROMA
Ministro da Cidadania
Disputa: governo da Bahia

Reprodução



FÁBIO FARIA
Ministro das Comunicações
Disputa: Senado

AFP / EVARISTO SA



TEREZA CRISTINA
Ministra da Agricultura
Disputa: Senado

Secretaria de Governo da Presidência da República



FLÁVIA ARRUDA
Ministra da Secretaria de Governo
Disputa: Senado

Ana Rayssa/CB/D.A Press



GILSON MACHADO
Ministro do Turismo
Disputa: Senado, Câmara ou governo de Pernambuco

assumir ministérios. Caso do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), que abriu mão da disputa pelo governo do Rio Grande do Sul em favor do atual ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni (DEM). Segundo o vice-líder do governo, Heinze, que ainda tem cinco anos de mandato parlamentar pela frente, deverá ocupar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, substituindo Tereza Cristina (DEM), cuja intenção é concorrer a uma vaga no Senado pelo Mato Grosso do Sul.

O vice-líder do governo ressalta, também, como devem ficar os ministérios das Comunicações, comandado por Fábio Faria (PSD), e do Desenvolvimento Regional, liderado por Rogério Marinho. Como neste ano haverá apenas uma vaga para o Senado em cada unidade da Federação, Marinho continuará no ministério, em favor da candidatura de Faria a senador pelo Rio Grande do Norte.

Segundo Evair de Melo, também há a hipótese de ministros trocarem de pasta. Como é o caso do secretário-geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos, que deve retornar ao comando da Secretaria de Governo após a saída de Flávia Arruda (PL) — a ministra concorrerá ao Senado pelo Distrito Federal. Nas últimas semanas, circulou o nome de Célio Faria Junior como provável substituto dela na pasta. Com histórico de cargos na Marinha, ele é chefe de gabinete do presidente.

Ainda segundo o vice-líder do governo, o ministro da Cidadania, João Roma (Republicanos), que concorrerá ao governo da Bahia, deve dar lugar ao atual secretário-executivo da pasta ou a outro nome indicado pelo presidente do partido, deputado Marcos Pereira (SP).

Restrições

Os que comandarão os ministérios após a reforma de Bolsonaro terão de respeitar restrições impostas pela legislação eleitoral. Nos três meses que antecedem as eleições, por exemplo, não poderão fazer transferências voluntárias de recursos da União a estados e municípios. Só será possível autorizar o repasse de “recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública”.

Também estão proibidos de, nos três meses que antecedem o pleito, fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público. Além disso, nesse período, a legislação veda nomeação, contratação, demissão sem justa causa, transferência ou remoção de servidor público.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



O dragão da inflação está engolindo a reeleição de Bolsonaro

Há quatro variáveis negativas que podem inviabilizar a reeleição do presidente Jair Bolsonaro, que está no telhado desde a anulação da condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — o líder nas pesquisas de opinião sobre as eleições presidenciais deste ano — pelo Supremo Tribunal Federal (STF): a disseminação da ideia de que realmente tem ambições ditatoriais; seu negativismo e desempenho na crise sanitária; a perda da bandeira da ética por causa do escândalo das rachadinhas e da hegemonia do Centrão no seu governo; e o fracasso de sua política econômica, principalmente devido à inflação e ao desemprego em massa. Dessas variáveis, porém, somente uma ameaça sua presença no segundo turno das eleições: o fracasso econômico.

As demais estão precificadas e têm alguma forma de compensação, pois há setores reacionários na sociedade que têm saudades do regime militar; o Centrão, que garante governabilidade, é a expressão do velho patronato político brasileiro, sobrevive e se renova eleitoralmente na política regional; a crise sanitária acaba sendo mitigada pela atuação do SUS, dos governadores e prefeitos. Vem aí a sobrevivência eleitoral de Bolsonaro, além do poder centrípeto que o governo federal exerce na vida da sociedade. Entretanto, bateu uma paúra no Palácio do Planalto por causa das projeções do mercado para a alta do petróleo neste ano, que deve chegar a US\$ 100 o barril. Com isso, o preço do litro da gasolina saltaria para R\$ 8. E ainda haveria uma grande desvalorização do real frente ao dólar, obrigando o Banco Central a manter os juros altos e a vender muitas reservas.

Diante desse cenário, os políticos do Centrão que apoiam o governo têm duas alternativas: tentar segurar a alta de preços dos combustíveis artificialmente e jogar o ônus nas costas dos governadores, ou, simplesmente, começar a debandar da base parlamentar no Congresso, fenômeno que já está ocorrendo no baixo clero e que os caciques tentam conter, principalmente o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-P). A saída encontrada foi apresentar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que daria direito ao governo de zerar ou reduzir temporariamente impostos federais, tanto do diesel quanto da gasolina, bem como do gás de cozinha e da energia elétrica. Isso é música para os consumidores. A jabuticaba seria um gatilho para redução tributária de acordo com o valor do preço do petróleo.

Cobertor curto

Com a PEC dos Combustíveis, Bolsonaro abriria mão, temporariamente, da arrecadação de R\$ 57 bilhões com impostos sobre combustíveis, como PIS e Cofins, sem a necessidade de criar impostos ou reduzir gastos para equilibrar receitas e despesas no Orçamento da União. Ou seja, seria mais um rombo no teto de gastos. O problema é mexer com o ICMS, como também pretende, para reduzir ou mesmo zerar o terço do imposto que cabe ao governo federal, deixando governadores e prefeitos com a batata quente na mão, pois dependem do ICMS para fechar as contas. Não existe flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para estados e municípios. Dispensável dizer que esse é mais um retrocesso em termos de política fiscal, essa explicação fica para os especialistas. O que interessa aqui é contexto político.

A legislação tributária atual precisa ser revista, como todos sabem, mas não por casuismo. Quando o ICMS foi aprovado na Constituinte, no caso dos combustíveis, a decisão de arrecadar esse imposto nos estados de destino foi uma maneira de equilibrar as relações com os estados produtores, que arrecadam na origem o ICMS sobre todos os demais produtos. Nas negociações do capítulo tributário da atual Constituição, havia a preocupação de amarrar o pacto federativo do ponto de vista tripartite: garantir as receitas da União, dos estados e dos municípios. O que Bolsonaro quer fazer, inevitavelmente, mexe com esse pacto federativo e provocará reações. A PEC dos Combustíveis é um cobertor muito curto.

O mercado de petróleo também passa por mudanças, algumas devido à pandemia, outras decorrentes da substituição da economia do carbono pela chamada economia verde. Há uma combinação de cortes de produção por Opep e Rússia, que força a alta de preços, e uma queda na produção nos Estados Unidos e outros países do Ocidente, porque muitas petroleiras investem mais em energia e combustíveis renováveis. A transição para os veículos elétricos no mundo está bem adiantada, inclusive para o transporte de cargas. O preço do petróleo somente cairá quando a Opep e a Rússia quiserem, talvez para inviabilizar a exploração do xisto nos Estados Unidos e manter o controle do que restará do mercado de carbono nos próximos 50 anos.

BATEU UMA PAÚRA NO PALÁCIO DO PLANALTO POR CAUSA DAS PROJEÇÕES DO MERCADO PARA A ALTA DO PETRÓLEO NESTE ANO, QUE DEVE CHEGAR A US\$ 100 O BARRIL